

## **AÇÕES DE UM GRUPO DE TRABALHO EM HUMANIZAÇÃO: RELATO DE EXPERIÊNCIA**

### ***ACTIONS OF A HUMANIZATION WORKING GROUP: EXPERIENCE REPORT***

**Andresa Araújo Amorim Moreira Esteves**

Hospital Universitário Professor Alberto Antunes, Maceió - AL - Brasil

**Laís Danielle Ribeiro de Mello**

Hospital Universitário Professor Alberto Antunes, Maceió - AL - Brasil

**Maria Isabel Fernandes Calheiros**

Hospital Universitário Professor Alberto Antunes, Maceió - AL - Brasil

**Sarah Lins de Barros Moreira**

Hospital Universitário Professor Alberto Antunes, Maceió - AL - Brasil

**Vanessa Ferry de Oliveira Soares**

Hospital Universitário Professor Alberto Antunes, Maceió - AL - Brasil

**Resumo:** O presente trabalho tem como objetivo relatar experiências de um Grupo de Trabalho em Humanização materno-infantil na maternidade de um hospital público de Alagoas. O mesmo foi realizado através da descrição das ações desenvolvidas pelo grupo e da importância de se abordar a temática humanização na assistência ao parto e nascimento. Pode-se concluir que a atuação do grupo é importante para orientação dos profissionais que prestam atendimento na maternidade, pois observamos ainda práticas tradicionais, intervencionistas e por vezes desnecessárias que impactam negativamente na atenção mais adequada e humanizada. Dessa forma, se espera como resultado mudança nos processos de trabalho e melhoria do cuidado.

**Palavras-chave:** grupo de trabalho; humanização; gestantes; assistência materno-infantil.

**Abstract:** This paper aims to report the experiences of a Working Group on Maternal and Child Humanization in the maternity hospital of a public hospital in Alagoas. The same was done through the description of the actions developed by the group and the importance of addressing the humanization theme in childbirth care. It can be concluded that the role of the group is important for the guidance of professionals who provide care in the maternity ward, as we also observe traditional, interventionist and sometimes unnecessary practices that negatively impact more adequate and humanized care. Thus, a change in work processes and improved care is expected as a result.

**Keywords:** work group; Humanization; pregnant women; maternal and child care.

## **1 INTRODUÇÃO**

Este artigo aborda a experiência de um grupo de trabalho em Humanização em prol da melhoria de serviços ofertados pela maternidade de um hospital de ensino e serviço. Iniciamos a

partir do entendimento de que a gestação e o puerpério configuram momento de grande complexidade na vida de mulheres, sendo o período demarcado não só por alterações físicas, como permeado por questões psicológicas, existenciais e sociofamiliares.

As gestações de alto risco – público prioritário da maternidade que contextualiza este estudo – trazem consigo inúmeras demandas quanto às intensas emoções inerentes ao contexto, à quebra da dinâmica de desenvolvimento da pessoa como um ser integral e às redes de relações existentes consigo e com a sociedade. Assim, a gestação de alto risco pode caracterizar problema emocional na vivência da mulher e de sua família, não só pela perspectiva de maior chance de complicações que a média populacional, mas pela percepção de aumento do stress, em diversos graus (ANTONIAZZI; SIQUEIRA; FARIAS, 2019).

Trata-se de uma maternidade que ocupa dois andares, o segundo e o sexto de uma estrutura hospitalar geral. No segundo andar estão as estruturas de triagem, pré-parto, sala de parto humanizada e centro obstétrico; enquanto o sexto andar é dotado de dois postos de enfermagem. O posto 01 do sexto andar abriga alojamentos conjuntos para mães que estão em acompanhamento de casos clínicos na gestação, relativamente estáveis, já o posto 02 é voltado para atenção a puérperas. Nesse viés, a proposta do grupo de trabalho em humanização, partiu de uma situação em que o Ministério Público contactou o hospital para que fossem observadas estratégias de concretização do direito à informação à parturiente e aprimoramento das ações de humanização que impactassem na redução de processos referentes à violência obstétrica.

A proposta desse grupo de trabalho foi organizar um curso de atualização, que implementasse práticas mais humanizadas e pautadas no conceito de acolhimento preconizado pela Política Nacional de Humanização do Sistema Único de Saúde (PNH/SUS). Uma vez que se aborda a atenção à saúde obstétrica e neonatal inserida no contexto de saúde pública e coletiva, faz-se necessário ressaltar que todas as intervenções neste cenário, precisam se dar em consonância com os princípios e diretrizes do SUS. Este fator é essencial para a construção de um modelo de cuidado comprometido em garantir o direito à saúde e atender às singularidades de cada caso (BÖING *et al.*, 2012).

Desta forma, este estudo se baseia em um relato de experiência, cujo objetivo é descrever as ações desenvolvidas pelo Grupo de Trabalho em Humanização de uma Maternidade-Escola

integrante do SUS. Adota-se a seguinte pergunta norteadora: como as ações do grupo de trabalho podem contribuir em prol do acolhimento e da melhoria de assistência no âmbito de uma Maternidade pública?

## 2 DESENVOLVIMENTO

### 2.1 Fundamentação Teórica

O período gestacional e puerperal é demarcado pela imprevisibilidade, sendo suscetível a intercorrências e requerendo constante reorganização e adaptação da mulher e da família. Logo, profissionais que se inserem neste contexto precisam atuar com o objetivo de acolher e auxiliar a mulher gestante/puérpera, bem como familiares e acompanhantes, no enfrentamento da hospitalização, trabalhando conteúdos emergidos e preparando-a para procedimentos da rotina hospitalar e para a chegada do bebê (BÖING *et al.*, 2012).

Com o advento da tecnologia e a medicalização do nascimento, o parto deixou de ser visto como um acontecimento natural e se tornou um evento repleto de práticas intervencionistas, sem o devido esclarecimento e consentimento da mulher. Os profissionais foram se aperfeiçoando cada vez mais na melhoria das técnicas de acompanhamento à gestação e na assistência ao parto, resultando em um modelo de assistência tecnicista caracterizado pela racionalidade e pela carência de princípios humanísticos (CARRARO *et al.*, 2006).

O Brasil tem se empenhado na criação de políticas públicas que visem à humanização e à qualidade da atenção obstétrica e neonatal. Contudo, percebe-se na prática a persistência do modelo tradicional, no qual as mulheres são submetidas às rotinas hospitalares, expropriadas de sua autonomia no processo de parturição e expostas a práticas sem evidências científicas que apoiem seu uso, muitas vezes desnecessárias e prejudiciais à saúde materna e infantil (FUJITA; SHIMO, 2014).

Com o intuito de mudar essa realidade, no ano de 2000 foi instituído pelo Ministério da Saúde, através da Portaria/GM nº 569 de 1/6/2000, o Programa de Humanização no Pré-Natal e Nascimento (PHPN), que tem como principais diretrizes a garantia de acesso à assistência pré-natal, parto e puerpério e os cuidados ao recém-nascido, de forma humanizada e segura (BRASIL, 2000).

O PHPN indica os procedimentos mínimos a serem realizados pelas mulheres durante o ciclo gravídico-puerperal e apresenta como estratégias a qualidade e a humanização do atendimento, além de informar aos profissionais sobre o dever de acolher a mulher e o recém-nascido como sujeitos de direitos (BRASIL, 2005).

De acordo com a filosofia do Programa de Humanização do Pré-natal e Nascimento dois aspectos fundamentais caracterizam a humanização, o primeiro diz respeito ao posicionamento dos profissionais no tocante a adoção de uma atitude ética e solidária, desse modo é perceptível que as instituições de saúde tenham como dever receber com dignidade: a mulher, sua família e o recém-nascido, disponibilizando ambiente acolhedor e adotando condutas assistências que provoquem rupturas com o isolamento muitas vezes imposto a mulher. O segundo é a substituição de práticas intervencionistas tradicionais desnecessárias, pois não beneficiam nem a mulher nem o recém-nascido e muitas vezes acarretam mais risco para ambos, por medidas e procedimentos que visem beneficiar o acompanhamento do pré-natal, parto e pós-parto (BRASIL, 2002).

## **2.2 Metodologia**

Diante do exposto, a presente pesquisa básica, de abordagem qualitativa e descritiva, é pautada em relato de experiência acerca das ações desempenhadas pelo Grupo de Trabalho em Humanização Materno-infantil da Maternidade do Hospital Universitário Professor Alberto Antunes (HUPAA). Duas principais ações foram realizadas: a primeira foi a elaboração de material educativo (folder) sobre os direitos das gestantes, puérperas e recém-nascidos, o qual foi distribuído na Semana Mundial de Segurança do Paciente, onde a temática abordada foi Parto seguro e respeitoso cuidado neonatal seguro, conjuntamente com a abordagem de profissionais e usuários sobre o tema; e a segunda foi a construção de um curso de capacitação em educação permanente, no modo EAD, para ser disponibilizado através da plataforma 3ec da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares – EBSEH, intitulado “Curso de Atualização em Humanização no cuidado à saúde obstétrica”, divulgado também na Semana Mundial de segurança do Paciente por meio de folders e apresentação para os profissionais da unidade materno-infantil.

Para a organização do curso, foi desenvolvido inicialmente um questionário no google forms e enviado para os profissionais do setor a fim de verificar as principais dúvidas, inseguranças e anseios

com relação à temática abordada no curso. Em seguida realizamos a construção do conteúdo programático baseado nos discursos dos profissionais contidos no questionário e, então, foram selecionados os instrutores. Num segundo momento, enviamos convites para os palestrantes/instrutores com a solicitação para elaboração de apresentação em vídeo, além de conteúdos abordando o tema (textos, artigos, livros) e documentação necessária para submissão do projeto de Educação Permanente em Saúde. (EPS). Para finalizar, inserimos o curso na plataforma 3Ec – Plataforma de Educação à Distância da Escola EBSEERH com o apoio da Gerência de Ensino e Pesquisa – GEP e da Divisão de Gestão de Pessoas – DiVGP, após autorização da Sede/EBSEERH, o curso estará disponível até o mês de janeiro de 2022, com programação de 40 horas, para os profissionais e residentes da Maternidade do HUPAA e demais profissionais da rede EBSEERH.

### **2.3 Resultados**

Observamos que após a divulgação da cartilha e do curso, tanto usuários quanto profissionais da unidade materno-infantil foram sensibilizados, reforçando a necessidade destas intervenções do grupo para a melhoria do serviço.

## **3 CONCLUSÃO**

A Humanização é um tema frequente no Sistema Único de Saúde (SUS) e traz consigo propostas de transformação e melhoria na qualidade da atenção e nas práticas de saúde. Atualmente, o Ministério da Saúde vem estimulando as maternidades durante os estágios de pré-natal, pré-parto, parto e pós-parto a adotarem novas condutas que ofereçam melhor atendimento às mulheres, como o Programa de Humanização no Pré-natal e Nascimento que inclui a adequação da estrutura física e dos equipamentos hospitalares, além de uma mudança de atitude dos profissionais de saúde para com as gestantes. Porém, observa-se que na prática os profissionais não têm o conhecimento sobre humanização ou não sabem como aplicá-la no âmbito da maternidade.

Nesse sentido, é necessário a capacitação profissional no intuito de gerar mudanças nas práticas de saúde e processos de trabalho, priorizando o cuidado humanizado. Evidenciamos assim, a importância das ações desenvolvidas pelos grupos de trabalho em humanização nas maternidades

públicas, por meio da condução e orientação de uma atenção e acolhimento qualificados no pré-natal, parto e puerpério.

## REFERÊNCIAS

ANTONIAZZI, M. P.; SIQUEIRA, A. C.; FARIAS, C. P. Aspectos psicológicos de uma gestação de alto risco em primigestas antes e depois do parto. **Pensando Famílias**, v.26, n. 2, jul./dez. 2019. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1679-494X2019000200015](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-494X2019000200015). Acesso em: 4 out. 2021.

BÖING, E. *et al.* Atenção Psicológica na Prática Obstétrica e Neonatal: uma experiência à Luz dos conceitos do Sistema Único de Saúde (SUS). In: ZURBA, M. do C. (org.). **Psicologia e Saúde Coletiva**. Florianópolis: Tribo da Ilha, 2012, p. 195-217.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Área Técnica de Saúde da Mulher. **Pré-natal e Puerpério: atenção qualificada e humanizada - manual técnico**. Brasília: Ministério da Saúde, 2005. Disponível em: [https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manual\\_pre\\_natal\\_puerperio\\_3ed.pdf](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manual_pre_natal_puerperio_3ed.pdf) Acesso em: 14 out. 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. Área Técnica Saúde da Mulher. Programa de Humanização no Pré-natal e Nascimento. Informes Técnico-Institucionais. **Revista Brasileira Saúde Materno Infantil**, v. 2, n. 1, abr. 2002. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1519-38292002000100011>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbsmi/a/csvgvNHzkYX4xM4p4gJXrVt/?lang=pt>. Acesso em: 14 out. 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. **Portaria nº 569/2000**. Institui o Programa de Humanização no Pré-natal e Nascimento no âmbito do Sistema Único de Saúde. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 1 jun. 2000. Disponível em: [https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2000/prt0569\\_01\\_06\\_2000.html](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2000/prt0569_01_06_2000.html). Acesso em 14 out. 2021.

CARRARO, T. E. *et al.* Cuidado e conforto durante o trabalho de parto e parto: na busca pela opinião das mulheres. **Texto Contexto Enfermagem**, Florianópolis, v. 15, p. 97-104, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tce/a/pV6KPCcRtvkhKKWVgLgdw5S/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 14 out. 2021.

FUJITA, J. A. L. M.; SHIMO, A. K. K. Parto humanizado: experiências no Sistema Único de Saúde. **Revista Mineira de Enfermagem**, Belo Horizonte, v. 18, n. 4, p. 1006-1010, out./dez. 2014. DOI: <http://www.dx.doi.org/10.5935/1415-2762.20140074>. Disponível em: <https://www.reme.org.br/artigo/detalhes/979>. Acesso em 1 out. 2021.